



# XIII Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"



19 a 21 de Setembro de 2019 São Cristóvão/SE/Brasil

ISSN: 1982-3657 | PREFIXO DOI 10.29380

Recebido em: **19/08/2019**

Aprovado em: **20/08/2019**

Editor Respo.: **Veleida Anahi - Bernard Charlort**

Método de Avaliação: **Double Blind Review**

Doi: <http://dx.doi.org/10.29380/2019.13.01.04>

TENTATIVAS DE CONTROLE DA EDUCAÇÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE SOBRE O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO. CONTROL AT SCHOOL EDUCATION: AN ANALYSIS OF MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO. TENTATIVAS DE CONTROL DE LA EDUCACIÓN ESCOLAR: UN ANÁLISIS SOBRE EL MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO.

EIXO: 1. EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

BRUNA LIMA SOUZA

---

Resumo: O artigo analisa o Movimento Escola Sem Partido, que nos últimos anos, sob um discurso de neutralidade, busca controlar a educação. O objetivo desse estudo é mostrar o caráter ideológico deste movimento, suas formas de atuação e como ele constrói um papel distorcido dos professores, especificamente como doutrinador. Para isso, foi realizada uma análise teórica com referências que abordam o tema, além de trabalhar com textos clássicos que tratam sobre Ideologia e uma análise de conteúdo de publicações do *site* oficial (utilizando o programa Iramuteq) que busca sobretudo ir além da leitura superficial do material e como forma de validar a interpretação. Os resultados da pesquisa apontam diversas incoerências no discurso apresentado pelo movimento e o teor ideológico que foram identificados através da metodologia usada.

Abstract: The paper analyzes the Movimento Escola Sem Partido, which in recent years, under a speech of neutrality, seeks to control education. The aim of this study is to show the ideological character of this movement, its forms of action and how he builds a fuzzy role of teachers, specifically as was the view. For this, a theoretical analysis with references that discuss the topic, in addition to working with classical texts which treat about Ideology and an analysis of contents of publications the official website (using the Iramuteq program) which seeks above all to go beyond cursory reading of the material and as a way to validate the interpretation. The search results indicate several inconsistencies in the speech presented by the movement and the ideological content that were identified through the methodology used.

Resumen: El artículo analiza el Movimento Escola Sem Partido, que en los últimos años, bajo un discurso de la neutralidad, trata de controlar la educación. El objetivo de este estudio es mostrar el carácter ideológico de este movimiento, sus formas de acción y cómo construye un borroso papel de los docentes, específicamente, fue el punto de vista. Para ello, un análisis teórico con referencias que tratan sobre el tema, además de trabajar con textos clásicos, que tratan sobre ideología y análisis de contenido de publicaciones de la página web oficial (usando el programa Iramuteq) que sobre todo pretende ir más allá de lectura rápida del material y como una forma de validar la interpretación. Resultados de la búsqueda indican varias inconsistencias en el discurso presentado por el movimiento y el contenido ideológico que se identificaron a través de la metodología utilizada.

## Introdução

Este artigo tem como objetivo apontar o caráter ideológico do Movimento Escola Sem Partido (MESP), que há algum tempo carrega na centralidade de sua agenda o discurso de neutralidade no ensino. Para isso, o texto concentra-se em debater suas formas de atuação e em entender como este movimento utiliza esse discurso de neutralidade para legitimar o papel de professores com visões políticas opostas. Diante do crescente ataque à educação é indispensável a realização deste estudo que busca analisar as intensões que cercam esse movimento.

Em um primeiro momento foi realizada uma análise teórica com enfoque na leitura e análise das principais referências produzidas pela academia sobre o tema. Seu intuito é o de englobar, tanto pesquisas que discorrem sobre o MESP e que analisam suas formas de atuação e meios de visibilidade, quanto trabalhos clássicos sobre o debate em torno do conceito de ideologia. Junto a essa perspectiva teórica, a pesquisa se propõe, como um segundo momento, abordar as publicações encontradas no *site* oficial do movimento com o intuito de, através do uso de análises lexicais e de conteúdo (através de ferramentas como o programa IRAMUTEQ), destacar perspectivas ideológicas presentes no movimento.

A análise de conteúdo feita neste trabalho tem o intuito de analisar os textos/conteúdos elaborados pelo Movimento Escola Sem Partido. A coleta do material analisado foi feita a partir das publicações no *site* deste Movimento, com o intuito de compreender o que está por trás dos discursos feitos e entender a realidade estudada.

A fala e a escrita são as principais formas de comunicação, no entanto não é somente essa representatividade que se traz é possível por meio destas analisar aspectos ideológicos e como determinada realidade social é discutida, além da forma com o indivíduo vê esta realidade.

De acordo com SOUZA e CARRIERI, o discurso deve ser analisado de forma socialmente contextualizado na medida que o indivíduo não constitui um discurso sozinho, mas com interações com outros discursos. Diante disso, é muito importante que o pesquisador tenha conhecimento da realidade estudada para entender o que o discurso aborda, observar como as formas de expressão, contradição, repetição flui na fala ou escrita. E o pesquisador deve “tentar compreender e revelar as entrelinhas as falas dos atores, já que estas exteriorizam suas construções acerca de dada realidade” (SILVA; GOBBI; SIMÃO, 2004, P. 80).

É possível analisar o que está embutido no discurso e assim tentar desvendar. A análise de conteúdo é uma forma de validar a interpretação por ter processos técnicos para que isso ocorra. Isso é uma forma de não se deixar enganar pelas aparências de um discurso, “é ainda dizer não ‘à leitura simples do real’, sempre sedutora” (BARDIN, 1977, P. 28).

Segundo Bardin, a análise do material coletado deve conter etapas para uma interpretação significativa dos dados. A primeira etapa é a pré-análise, no qual é realizado a leitura e escolha do material, o que define o *corpus* da análise, além de ser nessa etapa que estabelece a formulação de hipóteses. O *corpus* é o conjunto de documentos escolhidos pelo analista para serem utilizados na análise. Existe algumas regras para constituir um corpus, *exaustividade*, ao ser definido o campo do corpus não pode deixar de fora nenhum elemento; a *representatividade* a análise pode ser efetuada em uma amostra desde que esteja relacionada ao campo do corpus; a *homogeneidade*, os documentos devem obedecer o critério de escolha do tema; e a *pertinência*, os documentos devem ser adequados de acordo com os objetivos da análise. A segunda etapa caracteriza-se na exploração do material que é recortado em unidade de registro, diante disso as palavras chaves são identificadas. E a terceira e última etapa compreende a interpretação do resultado.

O *software* selecionado para a elaboração da análise de conteúdo foi o IRAMUTEQ. Com a

elaboração do *corpus* textual é possível identificar o número de palavras, a frequência que cada palavra aparece, as semelhanças ou não de estatísticas de palavras. Este é um *software* muito interessante por possibilitar a integração quantitativa e qualitativa da análise, na medida que possibilita a contagem de repetência de palavras a interpretação e sentido que cada palavra carrega no texto.

O artigo foi estruturado em seis tópicos, o primeiro tópico é realizado uma descrição básica sobre o Movimento Escola Sem Partido, no segundo tópico, O professor na visão do MESP, destaca-se o caráter de doutrinador atribuído aos professores, o seguinte, A ideologia do MESP, se refere a uma abordagem sobre alguns conceitos referentes a Ideologia e uma análise sobre o MESP diante destes conceitos, o quarto tópico, Suas formas de atuação, revela como este movimento atua, o quinto tópico, A análise de conteúdo como propostas para entender o tema discutido, propõe uma discussão sobre textos publicados no *site* Escola Sem Partido selecionados para análise e, por último a conclusão, que será apresentada os argumentos conclusivos do estudo.

## 1. Movimento Escola Sem Partido

O Movimento Escola Sem Partido (ESP) foi criado em 2004 pelo advogado e procurador Miguel Nagib, no entanto este movimento não ganhou tanto destaque no momento de sua criação, afinal, era uma proposta que até então parecia não ter nenhuma importância, mas que progressivamente foi ganhando visibilidade e se tornou motivo de preocupação para pesquisadores das ciências humanas, direito e educação. Este movimento nasceu estabelecido em acusações de que há uma doutrinação ideológica de esquerda nas escolas brasileiras e como solução para isso seria fixado em todas as salas um cartaz com os seguintes pontos:

- O Professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, para promover suas próprias opiniões, concepções ou preferências ideológicas, morais, políticas e partidárias.
- O Professor não favorecerá, não prejudicará e não constrangerá os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas.
- O Professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.
- Ao tratar de questões políticas, sócio-culturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade –, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito.
- O Professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.
- O Professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros, dentro da sala de aula. (NAGIB, 2015).

De acordo com Daniel Cara (2016), o Escola Sem Partido se estabelece em três objetivos, o de descontaminação político e ideológico nas escolas, o respeito à integridade moral e intelectual dos alunos e o respeito ao direito dos pais de dar educação moral aos seus filhos de acordo com suas crenças e convicções. Para os defensores do ESP os educadores abusam da audiência cativa dos estudantes para moldá-los com sua ideologia política partidária e crença. Essa leitura compreende o estudante como uma espécie de tábula rasa, facilmente manipulável e sem compreensão crítica da realidade, junto a isso, atribui as poucas horas desse aluno em sala de aula um peso muito maior ao dado por outras instituições como determinante para um suposto processo de alienação, uma vez que, não faz a mesma discussão sobre o papel da televisão, das igrejas e outras instituições presentes na superestrutura para o suposto processo de doutrinação dos alunos

Essa leitura também nega que a grande questão diante dos problemas educacionais no Brasil é de caráter estrutural, deixando de lado o problema da desigualdade como principal responsável pelo insucesso de alguns alunos. Nesse sentido, nega e revisional a história pois exclui o debater que

procura demonstrar que o colonizador explorador invadiu um território que não lhe pertencia, escravizou índio e negros africanos, muita cultura indígena se perdeu, enquanto os negros escravizados após a abolição da escravidão tiveram apenas duas opções, sujeitar-se novamente aos trabalhos árduos, ou sem ter para onde ir viver na extrema pobreza, isso é uma pequena parte do porquê as favelas e as populações mais pobres são compostos em sua maioria por negros. É nesta base que o Brasil se desenvolveu, com a educação nem sempre sendo tratada como direito de todos, é devido a luta pelo direito ao conhecimento que a educação escolar se torna um bem necessário a todos, porém essa luta é permanente, pois nem todos tem acesso ao ensino por essa herança do passado que formou uma sociedade desigual.

Para Frigotto (2017), essa sociedade desigual não é passiva é estabelecida também por lutas para obter os direitos básicos como a terra, moradia, saúde, educação, cultura. No sistema capitalista existe divisões em classe, a classe dominante sempre em busca do lucro e manutenção dos seus privilégios e a classe dos trabalhadores que luta por seus direitos e que começam a se organizar. Foi esta última que possibilitou eleger o ex-operário Luiz Inácio Lula da Silva como Presidente da República, apesar da classe dominante vinculada a mídia construir uma imagem pejorativa de Lula como aquele que iria implantar o comunismo, acabar com a propriedade privada e outros mais. Após três derrotas consecutivas nas eleições a então vitória acontece e consecutivos trabalhos são realizados:

...o aumento real do salário mínimo pelo qual se efetivou distribuição de renda; a criação de quase duas dezenas de universidades públicas e centenas de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; que negros, quilombolas, índios e pobres tenham políticas públicas que lhes permitam ter acesso ao ensino básico e, uma significativa parcela, à universidade; que haja políticas públicas para a educação do campo e cotas para negros, indígenas e grupos de baixa renda; que se mantenha e amplie o Bolsa Família, que garante os filhos na escola pública e o complemento da parca comida de cada dia a 14 milhões de famílias etc... (FRIGOTTO, 2017, p. 22).

As lutas por direitos são constantes em várias vertentes, principalmente na educação que percorre longos caminhos para garantir os direitos necessário a sociedade que nem sempre são fornecidos e quando são, possuem pouca qualidade. Mesmo que em um determinado período da história a educação tenha ganhado benefícios, não significa que tem derrubado todas as barreiras que a educação enfrenta.

Diante disso, no período do surgimento do movimento duas narrativas buscaram predominância, de um lado um governo que produzia uma tentativa de tornar a educação mais acessível e tratava os problemas educacionais de infraestrutura como algo a se combater e, por outro lado um Movimento que via a educação como espaço de doutrinação e que é dentro da sala que está o problema do ensino e que deve ser combatido.

Outra característica marcante do Movimento Escola Sem Partido é seu caráter conservador na medida com que foi introduzido usualmente o termo “Ideologia de Gênero” que também estaria contido nas salas de aula, este “remete ao medo de que crianças aprenderiam a ser gays e lésbicas em sala de aula e que os professores estariam tentando destruir a família tradicional” (PENNA, F. 2016, p. 99). Mas, o que ocorre é a iniciativa do debate racional em sala de aula sobre a desigualdade de gênero, sexismo, homofobia, combate a todo tipo de preconceito que é uma realidade presente na sociedade. Diante desse debate acerca da “Ideologia de Gênero” ganha destaque o denominado “kit gay” que supostamente estaria sendo distribuído nas escolas e que, no entanto, isso não acontecia, era mais uma estratégia de causar um “pânico moral”, em que remete a “forma como a mídia, a opinião pública e os agentes de controle social reagem a determinados rompimentos de padrões normativos” (MISKOLCI, 2007, p. 111 apud ROMANCINI, 2018).

## 2. O professor na visão do Movimento Escola Sem Partido

A educação é o principal caminho de formação de um cidadão crítico capaz de fazer leitura e interpretação de uma sociedade complexa. Por este motivo que o MESP se fortalece, pois este traz diversas restrições de debates, como a discursão política, desigualdade de gênero e violência que são necessários para compreensão da sociedade atual. Com isso, percebe-se que o MESP aparece como estratégia de ascensão de um grupo reacionário que justifica que não há necessidade de abortar sobre política, gênero, religião e violência, e que ocupa cada vez mais os espaços políticos. As ideias deste movimento se contradizem até com os parâmetros curriculares nacionais que acredita que:

a inserção no mundo do trabalho e do consumo, o cuidado com o próprio corpo e com a saúde, passando pela educação sexual, e a preservação do meio ambiente são temas que ganham um novo estatuto... Nesse sentido, é papel preponderante da escola propiciar o domínio dos recursos capazes de levar à discussão dessas formas e sua utilização crítica na perspectiva da participação social e política. (BRASIL, 1997, p. 27).

O MESP para fazer validar suas ideias reproduz os problemas educacionais sobre os professores, e torna o discurso de ódio a estes cada vez mais frequente, compreende-se isso, quando é discutido que o fracasso escolar é culpa dos professores que “doutrinam” as crianças. Essa manifestação esconde a verdadeira causa que muitas vezes prejudica a formação dos estudantes, como a falta de infraestrutura de muitas escolas, falta de transporte, falta de merenda, falta de fatores que atraiam os alunos a permanecerem na escola, entre outras causas.

É abordado, estrategicamente, que a principal culpa de um sistema educacional falho é dos professores doutrinadores, então o objetivo é um plano que foque na supervisão e controle destes. A partir disso, o professor deve seguir os pontos contido na cartilha que seria posta nas salas de aula para que os alunos possam ficar atentos e denunciar a suposta doutrinação.

Este movimento aponta que os professores devem transmitir o conteúdo de forma neutra, sem favorecer nenhuma posição “ideológica” dentro da sala, e que a eles cabem apenas passar o conteúdo programado, uma vez que, educar caberia apenas a família. A partir dessa compreensão, percebe-se que o movimento se equivoca ao idealizar que todas as famílias são homogêneas, visto que, no mundo real a estrutura familiar não se estabelece dessa forma. Isso ocorre pois, nem sempre o lar representa um lugar acolhedor para as crianças e adolescentes, o que faz com que a escola se torne um lugar de “refúgio” temporário, repleta de alunos que passam boa parte de seu tempo em contato com os professores. Ao compartilhar essa rotina, professores tornam-se capazes de observar mudanças de comportamento que os pais não tenham percebido e, até mesmo, diagnosticar problemas que ocorram na família do estudante. Com isso, o papel do professor é muito maior do que apenas passar um conteúdo, a escola também representa um ambiente acolhedor e representativo na vida de cada um.

A partir das leituras no *site* deste movimento é possível analisar o que foi destacado anteriormente. Em uma publicação feita em dezembro de 2014, titulado “A matemática opressora: o problema da pedagogia no Brasil” evidencia a tentativa de ataque ao professor, no qual se enfatiza a dificuldade dos estudantes de resolver problemas matemáticos e que isso se dá pelo fato do professor substituir as aulas para doutrinar as crianças e jovens com o discurso comunista da luta de classes. Tudo isso não passa de uma estratégia para desviar de debates necessários que interessam a sociedade, como a falta de estrutura, de investimentos, desvalorização dos professores. A matemática historicamente tem seu valor de complexidade, eram poucos que ousavam estudá-la característica esta que permanece até os dias atuais e, como pontua Berti “preocupações com o ensino da matemática vêm desde a época de Platão” (BERTI, 20??, p. 4).

Basta fazer uma leitura da realidade para perceber que é extremamente errado culpar os professores por questões que não dependem apenas deles, e que a educação para ser de qualidade necessita de diversos fatores em conjunto como aponta no documento Parâmetros Curriculares Nacionais:

A busca da qualidade impõe a necessidade de investimentos em diferentes frentes, como a formação inicial e continuada de professores, uma política de salários dignos, um plano de carreira, a qualidade do livro didático, de recursos televisivos e de multimídia, a disponibilidade de materiais didáticos. (BRASIL, 1997, p. 13).

### 3. A Ideologia do MESP

O termo ideologia é muito usado pelo movimento Escola Sem Partido, porém não fica explícito qual o sentido do uso desse termo para eles já que permite variadas interpretações. Dentre estes:

Um sentido pejorativo a ideologia é um conjunto de valores, significados e crenças... verdadeiras ou não essas crenças são sustentadas pela motivação de uma forma de poder opressiva. As ideologias dominantes... têm de se engajar eficazmente na experiência vivida das classes subordinadas, e a maneira como essas classes subalternas vivem seu mundo será tipicamente moldada e influenciada pelas ideologias dominantes. A ideologia dominante reflete não apenas a visão de mundo dos governantes, mas as relações entre a classe governante e dominados na sociedade como um todo. (EAGLETON, 1997, p. 49, 96, 113).

A Ideologia aparece também na literatura marxista como um sistema ordenado de ideias em contradição com o mundo real, como exemplo a Ideologia burguesa que afirma que a educação é direito de todos, porém na realidade não é isso que ocorre. De acordo com Marilene Chauí (1980), há aspectos que tornam a ideologia possível, como o fenômeno de alienação, isto é, as condições de existência social do homem não são produzidas por ele, mas por forças alheias como o Estado, natureza, razão, deuses, e então, enquanto a experiência de vida for mantida sem críticas a ideologia se manterá. E a luta de classes, a dominação de uma classe sobre as outras; a ideologia nasce para que os homens creiam que suas vidas são o que são por ações de entidades como o Estado, Deus, razão, ciência, fazendo que creiam que tais ideias representem efetivamente a realidade.

Nessa perspectiva, a Ideologia consiste na formação de ideias de uma classe dominante como ideias dominantes na sociedade, mesmo que cada classe tenha suas ideias, a dominação de uma classe sobre outra faz com que as ideias da classe dominante sejam tomadas como racionais e verdadeiras, mas, para isso, a sociedade tem que está em um estado de alienação, para que os indivíduos não percebam que pertencem a uma classe com interesses opostos a dominante. Para que os ideais da classe dominante se tornem dominante é necessário criar suas próprias ideias e distribuí-las por meio da superestrutura (religião, educação, meios de comunicação, etc...).

Quando há uma nova classe que quer emergir e que antagoniza com a classe que está no poder, ela tem que apresentar um interesse coletivo principalmente daqueles que não pertencem a uma classe dominante. Quando essa nova classe emergir tornando-se dominante, seus interesses passam a ser particulares, mas mantem-se a aparência de coletivo. E diante de todos esses aspectos “a ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar”. (CHAUÍ, 1980, p. 43).

Diante do que aponta como ideologia se nota que é um termo um tanto complexo e que ele deveria ser esclarecido pelo Escola Sem Partido, afinal, qual o interesse e em qual sentido o conceito é usado? Porém, analisando esse termo nota-se que tem muito a ver com dominação de ideias da classe dominante, que é sistemática. O MESP propõe a neutralidade nas escolas, mas no sentido mais amplo da ideologia esse movimento é profundamente ideológico e rompe com essa neutralidade. Este movimento é recheado de ideias de uma classe que luta para se tornar dominante e que mostra interesses em comum à maioria, mas que representa interesses particulares de um grupo conservador. No que põe a literatura marxista o MESP obtém dessa característica ideológica por obter ideias que contradizem a realidade do que acontece na escola, na sala de aula e entre a relação professor-aluno.

#### 4. Suas formas de atuação

O MESP é estratégico e usa a mídia para expandir suas ideias e interesses. Os movimentos sociais buscam se adaptarem aos comportamentos da mídia que é uma condição para seu sucesso ou fracasso e para isso existem estratégias que são tomadas para que haja uma maior cobertura da mídia, ou caso não ocorra a atenção que o movimento social quer.

Ruchth (2004 apud Romancini, 2018) apresenta formas de reação dos movimentos sociais que são a **abstenção**, que é uma forma de desistir de usar a mídia como influenciadora, tem a **modalidade ataque**, que é a crítica a mídia por se sentirem mal representados por ela, a **modalidade da adaptação**, que é aceitar as regras e normas impostas pela mídia, e por fim as **alternativas**, com a criação de veículos ou fóruns públicos de discussão próprios. Qual seja a estratégia usada pelo ESP é notório que a mídia é um grande fator de disseminação deste, mas observando os pontos apresentados por Ruchth nota-se que uma das modalidades utilizada por eles é a de adaptação, pois eles buscam se adaptar as regras postas pela mídia para influenciar a sociedade, o *twitter* é um meio de comunicação muito utilizado, este tem restrições de números de palavras que possibilita que mais pessoas leem suas publicações já que são criados textos curtos. Há outra modalidade que é possível analisar, é a modalidade de alternativas, já que o Escola Sem Partido tem seu veículo próprio de disseminação de suas ideias, no *site* desse movimento ocorrem, também publicações de denúncias de pais e alunos sobre professores que estariam doutrinando em sala de aula.

O Movimento Escola Sem Partido não restringe apenas a um movimento, mas se refere também ao Projeto de Lei 867/2015 que tramita no Legislativo. Outros projetos inspirados no Escola Sem Partido circulam no país em esferas estaduais, como o caso do estado de Alagoas, no qual foi aprovado um programa semelhante titulado Escola Livre. Além de vários outros existentes:

Em nível estadual, onze propostas de lei foram encaminhadas para serem debatidas e aprovadas. Desse total, uma proposta foi aprovada em Alagoas (PL 7. 800, em 05/05/2016), três foram arquivadas (PL 2.861/2014 em Goiás; PL 748/2015 no Paraná; e PL 121/2016 em Espírito Santo), e sete se encontram em processo de tramitação (PL 2.974/2014 no Rio de Janeiro; PL 190/2015 no Rio Grande do Sul; PL 3.101/2015 em São Paulo; PL 53/2015 no Distrito Federal; PL 273/2015 no Ceará; PL 102/2016 em Amazonas; e, PL 823/2016 em Pernambuco). (HERMIDA; LIRA, 2018, p. 145).

De certa forma o MESP é a forma mais ampla de aproximação popular, que busca disseminar suas ideias tornando-as dominante e, então chegar ao patamar mais alto que é a tentativa de aprovação do PL 867/2015.

## 5. A análise de conteúdo como proposta para

## entender o tema discutido.

Diante das leituras realizadas no *site* do Movimento ESP foram selecionados alguns textos para análise. A primeira etapa do processo da análise é a leitura e escolha do material, então foi feita a leitura de um total de 25 textos dos quais 8 foram selecionados para análise. A justificativa pelas quais esses textos foram selecionados advém da observação de uma certa frequência em publicações que tratam sobre liberdade de expressão e liberdade de cátedra. Como um dos critérios da análise é a homogeneidade, então os textos escolhidos devem conter o mesmo tema, por esse motivo foram selecionados oito que tratam sobre liberdade de expressão e liberdade de cátedra. A partir disso, foi possível a formulação da hipótese, necessária já nesse primeiro momento. Então, observou-se que na tentativa de controle da educação, o Movimento Escola Sem Partido se apoia no discurso de que o professor não tem direito à liberdade de expressão para apenas lhe caber passar o conteúdo programado e não discutir a realidade com os alunos que estão em formação crítica, o que favorece ao fortalecimento da sua ideologia reacionária.

Após a escolha do material para análise e feita o *corpus* textual, este foi lançado no *software* Iramuteq para gerar o primeiro resultado que é a contagem da frequência das palavras. É importante destacar que o uso do Iramuteq neste trabalho se comporta apenas como um instrumento de auxílio para a análise, pois mostra em seus resultados a repetição constante de palavras o que é capaz, então de indicar um possível caminho para análise. Do resultado, a palavra “liberdade” aparece 94 vezes, “professor” 71 vezes, “não” 64, “aula” 45, “aluno” 40.

A partir desse primeiro resultado segue a análise do conteúdo sobre as publicações, para chegar a um entendimento significativo deste resultado quantitativo apresentado anteriormente.

Um dos textos que compõe o *corpus* de análise, titulado “por uma lei contra a liberdade de ensinar”, aborda sobre o professor não ter o direito de abusar da audiência cativa, e do temor dos alunos à autoridade do professor. É possível observar isso no trecho a seguir:

ao abusar do poder de fato e de direito que exerce sobre os alunos; da sua audiência (literalmente) cativa; do temor, da insegurança, da imaturidade e da falta de conhecimento dos alunos para tentar transformá-los em réplicas ideológicas de si mesmo, o professor desrespeita os preceitos mais elementares da ética do magistério. (NAGIB, 2014).

É relevante indicar que, se os professores causassem, realmente, este temor aos alunos com certeza o Brasil não estaria em primeiro lugar no ranking da violência contra professores. Isto indica duas vertentes, a que existe um problema muito maior que envolve o ensino e que deve ter medidas para ser solucionado e revela que os estudantes não seguem tudo o que o professor fala e que da mesma forma não aceitam tudo que é dito nas aulas. É justamente por discursos como este que distorcem a representatividade do professor que este tipo de violência cresce cada vez mais.

Nota-se diante do título “por uma lei contra a liberdade de ensinar” um grande erro, ser contra a liberdade de ensinar que é garantida pela Constituição Federal de 1988. Esta liberdade não é sobre a permissão de doutrinar, de o professor ensinar o que deseja, mas ao contrário é sobre os métodos, instrumentos de ensino que respeitem o currículo. Outra análise que pode ser feita é sobre o teor ideológico do movimento em direcionar questões que não condizem a realidade, como foi citado que o professor transforma alunos em réplicas de si mesmo, dessa forma outros fatores sociais não são levados em consideração como a família, grupo de amigos, igreja, de certo modo descarta a vivência de cada um com outros discursos.

Outros dois textos do *corpus* que são semelhantes, “combater a ideologização em sala de aula é censura?” e “juristas confundem liberdade de ensinar com liberdade de expressão”, tratam de que os professores não podem ter liberdade de expressão na sala de aula, vista que eles poderiam usar as aulas para falarem de futebol e novelas, além de falarem para pessoas que são obrigadas a escutá-los. De acordo com NAGIB “não existe liberdade de expressão quando a pessoa se dirige a indivíduos que são obrigados a escutá-la, como os alunos numa sala de aula” (NAGIB, 2015). Este mesmo ainda expressa que:

não é preciso ser um grande jurista para perceber que, se o professor desfrutasse dessa liberdade em sala de aula — isto é, no exercício do seu cargo ou função —, ele não poderia ser obrigado a transmitir aos alunos o conteúdo da sua disciplina. O professor de química poderia usar suas aulas — isto é, o tempo todo de suas aulas — para falar de futebol, cinema, literatura, ou simplesmente ficar em silêncio, já que a liberdade de expressão compreende o direito de não se expressar. (NAGIB, 2016)

A liberdade de expressão não é dizer tudo o que quer, até porque existem os limites para que os direitos do outro estejam garantidos, mas significa o direito de expressar suas ideias sem opressão e, sempre respeitar os limites impostos pela lei. Assim, a liberdade de expressão é direito do cidadão, então está assegurado tanto ao professor quanto ao aluno, enquanto os debates que envolvem a aula devem fluir de acordo com o conteúdo ensinado, sem oprimir a liberdade de expressão de cada um.

Uma palavra muito forte usada no texto titulado, “as críticas ao programa Escola Sem Partido somente demonstram como o quanto ele é necessário”, e que compõe o *corpus*, é “assédio”, usada no repetido discurso sobre o não direito à liberdade de expressão dos professores.

o que se está querendo vender como liberdade de expressão é, na verdade, um assédio. A liberdade de expressão presume uma audiência preparada para o contraditório, o que não ocorre nas salas de aula, pois as crianças não possuem conhecimento dos fatos e nem o menor discernimento para perceber as intenções do militante disfarçado de professor. (GIMENEZ, 2016).

Percebe-se assim, a relação com discurso de ódio cada vez mais frequente, esta é uma palavra que com certeza não combina com ensino-aprendizagem. Afinal, como haverá a pluralidade de ideias em sala de aula se as ideias não devem ser expressas? E ao ser expressa, principalmente pelo professor, se ela for considerada assédio? É certo que mesmo sem a aprovação do PL 867/2015 que corresponde ao Escola Sem Partido é frequente o ataque aos professores. Ocorre também que há uma certa incoerência quando Gimenez diz que as crianças não conseguem “perceber as intenções do militante disfarçado de professor”, com isso pode-se observar duas questões, a primeira que se o projeto ESP fosse realmente como o movimento sempre põe em questão, de que este é apenas os deveres contidos na cartilha e que os próprios alunos fariam as denúncias da doutrinação, seria difícil, então, os alunos identificarem quando o professor doutrina, segundo que os alunos não são apenas crianças, são também adolescentes, jovens, adultos e é claramente reforçado que no processo de formação o professor é incentivado a adequar sua linguagem e o que está por ser transmitido conforme a capacidade de entendimento dos alunos, o ensino não se trata de forma tão simples como aborda o movimento.

É importante destacar em via disto qual problema este projeto trará ainda mais para as escolas do Brasil? Quando ocorrerem as denúncias, como o professor será tratado? E quanto as gravações realizadas em aula poderão ser descontextualizadas? Ser contra este projeto não significa beneficiar algum partido político ou ideologias, é uma questão de leitura da realidade nas escolas.

A intenção do professor ao chegar em sala de aula é dar aula, ensinar e não com o propósito de doutrinar, ao decorrer das aulas o conteúdo leva a discursos que condizem a realidade e que necessitam ser discutidos no momento. Nenhum discurso, nenhum fragmento de escrita deve ser tirado do seu contexto, o que ocorre quando há as denúncias de professores que estariam doutrinando é a fragmentação da fala, o que levou estes professores a falar determinado assunto que foi interpretado como doutrinação? Os alunos expuseram suas ideias? Afinal, o que tem que se estudar na escola não é nada mais do que a realidade.

O texto “Liberdade de aprender”, trata em um certo ponto da existência do “tom ideológico de esquerda na formação de professores” (PÁCIOS, 2014), e cita como exemplo:

os exames nacionais que visam avaliar a qualidade da educação dos sistemas de ensino brasileiro, e que consideram como erradas quaisquer respostas que fujam ao gabarito ideológico estabelecido pela banca. Repetidas vezes, como animais adestrados, os estudantes brasileiros precisam responder ao que a banca quer e do jeito que deseja, do contrário correm o risco de ser reprovados. (PÁCIOS, 2014).

De fato, qual escrita não é dotada do teor ideológico? Existem diferentes ideias, caminhos, teorias, que permeia um mesmo acontecimento histórico, um determinado estudo, e diante disso, é necessário estabelecer qual das ideias, teorias que mais traz relevância e se aproximação à realidade e, então, ser ensinadas nas escolas. Não há como utilizar todas as teorias sobre um conteúdo e tentar expor em uma aula de apenas 40 minutos, além da confusão que isso causaria.

Em “Liberdade de cátedra, herança e ambiguidades”, discorre logo no final do texto sobre a ilegalidade do conceito de liberdade, em que:

O princípio vem sendo invocado para justificar a liberdade de ensinar o que está fora das ementas, de não as seguir ou de criar as suas próprias, ao arrepio da orientação acadêmica da instituição. Ou de oferecer um ensino fora da qualidade esperada ou aulas sem preparação adequada. Tampouco é defensável o direito de não cumprir os horários estabelecidos. (FREITAS; CASTRO, 2013, p.332)

“A liberdade é por definição limitada” (FREITAS; CASTRO, 2013, p. 332), ou seja, não há a existência da liberdade plena, a liberdade de cátedra é limitada pela liberdade de aprender, então há o equívoco quanto a essa ilegalidade e sobre esta ideia de que esta liberdade é utilizada para tal fins, são ideias de certa forma distorcidas.

O último texto da análise, “liberdade de ensinar e aprender”, traz novamente a acusação do abuso à liberdade de ensinar e aponta os pontos contidos no cartaz dos deveres do professor, mas o que aparece de novo é a indução a pregar este cartaz na sala de aula:

“peça à sua escola ou à escola de seu filho que mande imprimir e afixar nas salas de aula cartazes contendo essa relação de deveres. Se ela se recusar, procure o Ministério Público. Se precisar de ajuda, conte conosco” (NAGIB, 2012).

Isto retoma ao que já foi discutido anteriormente, o projeto ainda não aprovado, mas tenta de todas as formas impregnar nas escolas suas ideias para o ensino o que caracteriza como algo ilegal, pois simplesmente nenhum projeto de lei pode ser colocado em prática sem antes ser aprovado

Nota-se, portanto, porque liberdade aparece tantas vezes nos textos e como ela aparece, não é por acaso que a palavra “não” é a terceira com maior frequência, duas palavras bem distintas “liberdades” e “não”. Resumindo, para o movimento ESP o **professor não** tem direto a **liberdade** de expressão em sala de **aula**, visto que este abusaria desta liberdade para impor suas ideologias aos **alunos**, que são incapazes de perceber quando o professor doutrina.

O MESP enxerga um ideal de educação e tenta impor essas ideias sobre a realidade, o que impõe a supervisão dos professores para não doutrinarem, para certificar que não expressam suas ideias, e ter o controle do que acontece na sala de aula.

A forma como este movimento aparece e impõe ideias preocupam o futuro da educação, pois já causa opressão, à mordida aos professores, e ainda diversos debates serão excluídos das aulas por serem determinado como ideológico. Como foi analisado os textos acima, a realidade do ensino é muito mais complexa do que impõe este Movimento.

## 6. Conclusão

Diante da discussão desenvolvida, é evidente que o discurso de neutralidade não cabe a um projeto tão ideológico como o Escola Sem Partido, que tem suas ideias formuladas, seus interesses, e seus esforços para tornar suas ideias dominantes. No que põe o ESP a parte mais frágil do ensino são os alunos inexperientes, mas podemos ter a ideia diante do que foi discutido ao longo do estudo, que os professores se tornam o ponto mais frágil, porque é a partir deles que o discurso do movimento é lançado, de que são eles que tornam a educação de baixa qualidade, que fazem a cabeça dos alunos, que implantam a ideologia de gênero nas salas, que fazem propaganda política partidária.

É um movimento que tem interesses próprios de tornar uma educação que não debata temas atuais, na justificativa de que ofende as convicções das famílias e que os professores abusam de sua liberdade de ensinar. Acaba que o ensino se torna fragilizado, incapaz de fazer os alunos entenderem a realidade, o porquê que as coisas acontecem, como acontecem e para que acontecem.

Neste trabalho, principalmente durante a análise de texto foi possível perceber as incoerências, o teor ideológico e também as diaclases que serão deixadas na educação, em via de que o problema do ensino está muito além da sala de aula, isso porque os professores não são capazes, tão quanto acredita o movimento, de moldar a cabeça do aluno, sua forma de pensar, de agir, de interferir em suas escolhas sexuais, até porque os alunos não são cobaias de um experimento em uma área restrita fora de outras interferências externas para tentar moldar sua forma de pensar, agir, etc.

É importante salientar que seja um tanto risível que um movimento que identifica tanta necessidade de sua existência esteja suspendendo atividades do próprio *site* de divulgação por falta de apoio, principalmente financeiro. Ao longo desse trabalho é perceptível que o movimento se sustenta em bases ideológicas e lutam nada mais por interesses próprios, com a percepções de que a educação anda por caminhos opostos ao que eles consideram ser o caminho certo. Esse recuo do movimento demonstra uma importante questão. O ESP tem sua ascensão principalmente em 2014, a partir disso levamos as seguintes considerações, primeiro ele tem em seu discurso a noção de uma doutrinação que favorecia ao partido petista, segundo que vivia em meio a uma onda efervescente para derrubar esse tal partido do poder, terceiro que aqueles que estão atualmente no poder demonstravam apoio ao movimento para conquistar seu espaço político, atualmente estando na posição que procurava estar apenas mantém o discurso de apoio, mas não passa disso. Isso leva a pensar que o movimento foi usado como instrumento para favorecer a Ascensão ao poder de atuais governantes.

## Referências bibliográficas

AÇÃO EDUCATIVA. **A Ideologia do movimento Escola Sem Partido**: 20 autores desmontam o discurso. A

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. EDIÇÕES 70, Lisboa, 1977, p. 9-225.

BERTI, N. M. **O ensino de matemática no Brasil: buscando uma compreensão histórica**. Universidade  
Disponível em:

[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada6/trabalhos/617/617.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada6/trabalhos/617/617.pdf). Acesso em 10 de maio de 2019.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Secretaria  
1977, p. 9-113.

CASTRO, Cláudio de Moura e. **Liberdade de cátedra, herança e ambiguidades**. 2011. Disponível em:  
<http://www.escolasempartido.org/artigos-top/394-liberdade-de-catedra-heranca-e-ambiguidades> . Acessado em

COSTA, Heryck. **Liberdade de expressão x Liberdade de ensinar: o conflito por trás da chamada “doutrinação marxista”**  
<http://escolasempartido.org/artigos-top/676-liberdade-de-expressa-o-x-liberdade-de-ensinar-o-conflito-por-tras>  
. Acessado em: 23/03/2019.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 1980.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora boitempo: São Paulo, 1997

FREITAS, R. S; CASTRO, M. F. Liberdade de Expressão e Discurso do Ódio: um exame sobre as possíveis  
**Sequência**, Florianópolis, v. 34, n. 66, jul. 2013, p. 327-355.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org). **ESCOLA “SEM” PARTIDO**: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade  
2017.

GIMENEZ, José Roberto. **As críticas ao programa escola sem partido somente demonstram o quanto ele é  
http://escolasempartido.org/artigos-top/630-as-criticas-ao-programa-escola-sem-partido-somente-demonstram-  
em: 25/03/2019.**

HERMIDA, J. F; LIRA, J.S. O programa escola livre em alagoas, a crise de acumulação do capital e o fortalecimento  
**Revista Exitus**, Santarém/PA, V. 8, n 1, jan/abr 2018. p. 141 – 170.

MIGUEL, Luís Felipe. Da “doutrinação marxista” à "ideologia de gênero" - Escola Sem Partido e as leis  
**Revista Direito e Práxis**, v. 7, n. 15, 2016, p. 590-621.

NAGIB, Miguel. **Combater a ideologização em sala de aula é censura?** 2015. Disponível em:

<http://escolasempartido.org/artigos-top/555-combater-a-ideologizacao-em-sala-de-aula-e-censura> . Acessado e

NAGIB, Miguel. **Juristas confundem liberdade de ensinar com liberdade de expressão**. 2016. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/artigos-top/591-juristas-confundem-liberdade-de-ensinar-com-liberdade-de-e>

NAGIB, Miguel. **Liberdade de ensinar e aprender**. 2012. Disponível em: <http://escolasempartido.org/artigos-top/350-liberdade-de-ensinar-e-de-aprender> . Acessado em: 03/04/2019.

NAGIB, Miguel. **Por uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar**. 2014. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/artigos-top/523-por-uma-lei-contra-o-abuso-da-liberdade-de-ensinar> . Acesso:

PACIO, Amábile. **Liberdade de aprender**. 2014. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/artigos-top/491-liberdade-de-aprender> . Acessado em: 12/04/2019.

ROMANCINI, Richard. Do “Kit Gay” ao “Monitor da Doutrinação”: a reação conservadora no Brasil. **Co** 2018/ nov. 2018. p. xx-xx.

ROMANCINI, Richard. “Vamos tirar a educação do vermelho”: o Escola Sem Partido nas redes digitais. **Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós**, v. 21, n. 1, jan./abril, 2018, p. xx-xx.

SEFFNER, Fernando. **Escola pública e função docente: pluralismo democrático, história e liberdade de Nacional**. [2017?]

SILVA, A. H; FOSSÁ, M. I. T. **Análise de Conteúdo: Exemplo de Aplicação da Técnica para Análise de Ensino e Pesquisa em Administração e contabilidade**, Brasília, nov. 2013, p. 1-14.

SILVA, C. R; GOBBI, B. C; SIMÃO, A. A. O USO DA ANÁLISE DE CONTEÚDO COMO UMA F QUALITATIVA: DESCRIÇÃO E APLICAÇÃO DO MÉTODO. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v

SOUZA, Elísio Moulin (org). **Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional: uma at** Vitória, 2014, p. 11-296.

### Notas de rodapé

Mais

<https://g1.globo.com/educacao/noticia/brasil-e-1-no-ranking-da-violencia-contra-professores-entenda-os-dados>